



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS PARA A ESCOLA CONTEMPORANEA.

BARRETO, Raisa Queiroga

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

rsqueiroga92@gmail.com

OLIVEIRA, Khomar Tander's

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

khomartanders13@hotmail.com

REGO, Janielle Kaline do

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

janielekaline@hotmail.com

LINS, Professor Dr. Juarez Nogueira
(Orientador)

RESUMO: A Educação Especial é um saber imprescindível e inerente às práticas pedagógicas para a construção da participação social e da constituição de uma nova consciência para os profissionais da educação e para a formação continuada destes. O referido trabalho utilizou a metodologia do tipo bibliográfica/ documental e a observação naturalista. Consideramos as dificuldades enfrentadas pelos professores e pelos alunos portadores de deficiência no cotidiano escolar, a desqualificação dos profissionais e a falta de infra-estrutura dos espaços pedagógicos, salientando que esta é uma visão pedagógica pertencente a um campo de conhecimento em permanente mudança vinculado a educação especial, os objetivos deste trabalho foram: a) Promover a valorização e discussão da formação continuada dos professores de educação especial; b). Focalizar a necessidade de uma prática de inclusão educacional para alunos com necessidades especiais. Foram consultados livros sobre políticas públicas e Educação Inclusiva, documentos como LDB, PCNs e os Direitos de Aprendizagem da Criança, estes dois últimos elaborados pelo MEC para planejamento de propostas de trabalho, para a fundamentação teórica foram estudados autores como: Beyer (2006), Carvalho (1999), Luck (2012) e Oliveira (2009). Sendo assim, das leituras teóricas buscou-se fazer uma análise reflexiva dos resultados obtidos pelas autoras do presente artigo, dessa forma as discussões partiram da realidade dos docentes e educandos procurando proporcionar a aprendizagem mais significativa e o ensino dinâmico e motivador. O artigo foi desenvolvido a partir de observações nos espaços pedagógicos, visando favorecer o desenvolvimento da aquisição do saber escolar e efetivar os direitos e a cidadania.

PALAVRAS - CHAVE: Educação Especial, Inclusão, Formação de Professores.



SUMMARY: The Special Education is a knowledge essential and inherent pedagogical practices for the construction of social participation and the creation of a new consciousness for professionals in the education and continuing education of these. That study used the methodology of bibliographical / documentary and naturalistic observation. Consider the difficulties faced by teachers and students with disabilities in school life, the disqualification of professionals and the lack of infrastructure of educational spaces, stressing that this is a pedagogical vision belonging to a field of knowledge in permanent change linked to education particular, the objectives of this study were: a) to promote the appreciation and discussion of ongoing training of special education teachers. B). Focusing on the need for a practice of inclusive education for students with special needs. books were consulted on public policy and Inclusive Education, documents like LDB, PCNs and Child Learning Rights, the latter two produced by the MEC for planning work proposed for the theoretical foundation authors were studied as Beyer (2006), Carvalho (1999), Luck (2012) and Oliveira (2009). Thus, through theoretical readings sought to make a reflective analysis of the results obtained by the authors of this article, therefore discussions started from the reality of teachers and students seeking to provide learning more meaningful and dynamic and motivating teaching. The article was developed from observations in teaching spaces, aiming to encourage the development of the acquisition of school knowledge and effect to the rights and citizenship

KEY - WORDS: Special Education, Inclusion, Teacher Training.



INTRODUÇÃO

O termo inclusão já traz implícita a ideia de exclusão social, por isso a Educação Inclusiva atenta para a diversidade inerente ao homem, busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todas as crianças ou alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal e cognitivo de todos.

Contudo, a prática pedagógica de qualidade, coletiva, multicultural, dinâmica e flexível requer mudanças significativas na estrutura física e na gestão das escolas, na formação continuada de professores e nas relações família-escola.

A inclusão não significa tornar todos iguais, mas sim respeitar as diferenças, pois no ensino inclusivo os direcionamentos das atividades pedagógicas se dão através do ponto vista sociológico, reconhecendo desta forma que, todos que estão no ambiente pedagógico são diferentes e que a escola e o sistema de educação precisam ser adaptados para atender as necessidades individuais e coletivas sem segregar os indivíduos.

Ao discutirmos a questão da formação continuada dos professores que fazem prática efetiva da educação especial compreendemos que o envolvimento de toda a comunidade escolar também é imprescindível, pois o trabalho deixa de ser solitário e individual e passa a consolidar a cooperação na construção do seu próprio conhecimento.

A crise mundial faz com que a educação assuma um papel de agente transformador da realidade em um contexto marcado por um empasse ao desenvolvimento da formação continuada dos profissionais da educação e da gestão educacional atrelada a ideia que a nossa bandeira traz consigo de ordem e progresso contrapondo-se aos acúmulos divergentes da tecnologia que se não bem direcionada passa a ser um agente distorcido no auxílio da evolução e efetivação de práticas pedagógicas que minimizem as segregações existentes em sala de aula para os alunos portadores de deficiência neste sentido enfatizamos que:



“Reconhecemos e enfatizamos a urgência da existência desse diálogo e da articulação, porém sabemos da dificuldade em operacionalizar essa parceria, considerando que as instituições formadoras de nível superior estão ainda se debatendo em torno de questões internas do que externas a elas e que, na sua história, sempre ocuparam a hierarquia do saber predominante, descritivo e distanciado das escolas de educação básica. Da parte dessas instituições a demanda por formação contínua também traduz essa perspectiva, por tratar-se da maneira conhecida de formação”. (GOMES, 2009, p.72).

Por isso, a formação continuada dos docentes deve estar em parceria com a gestão educacional, neste viés Luck (2012) destaca que “o objetivo, portanto, é o de suscitar a reflexão sobre práticas, de modo a elucidar significados das ações realizadas a luz dos conceitos apresentados e examinados”.

Dessa forma o presente trabalho emerge da efetiva constatação das dificuldades que os professores e alunos portadores e deficiência enfrentam para concretizar a educação inclusiva no cotidiano escolar, sendo assim é imprescindível considerar fatores relevantes para esse processo tais como a falta de preparo das profissionais, a falta de infraestrutura nas escolas, a flexibilidade dos currículos e atividades. Nesse sentido o trabalho desenvolvido tem por objetivos, promover a valorização e discussão sobre a formação continuada dos professores de educação especial, e assim focar na construção de uma prática de educação inclusiva. Para isso utilizamos como aporte teórico livros sobre políticas públicas e Educação Inclusiva, documentos como LDB, PCNs e os Direitos de Aprendizagem da Criança, estes dois últimos elaborados pelo MEC e autores como Beyer (2006), Carvalho (1999), Luck (2012) e Oliveira (2009).

Portanto, busca-se com esse trabalho favorecer de forma significativa um ensino dinâmico e motivador, no qual tanto educador como educando possam desenvolver sua autonomia, dentro de suas potencialidades, levando em consideração a construção da aprendizagem e da cidadania do aluno.

METODOLOGIA

Para realização deste artigo será empregado um estudo baseado em uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico, documental e de observação assistemática com discussão e resultados pautados em autores que procuram explicar o contexto da formação de professores voltados para o ensino aos alunos portadores de educação especial defrontando-se



com os desafios que a realidade impõe a escola contemporânea.

No que concerne ao estudo bibliográfico, foi realizada leituras das publicações destinada da formação continuada de professores e a respeito os profissionais que lidam com as necessidades especiais em campos pedagógicos com consultas a fontes bibliográficas nacionais e internacionais, em que trazem a discussão questões da continuada dos profissionais da Educação e de políticas públicas.

Quanto à análise documental, consistirá no estudo da Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB (lei nº 9394/1996) que tem busca evidenciar o seu papel de indicador de opções políticas, sociais e culturais na educação brasileira agindo com o objetivo da prerrogativa da dimensão do educar, assim como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997) estes são abertos e flexíveis, nos apontando questões de tratamento de ensino por área e por ciclo com objetivos éticos que se definem em termos de capacidades de ordem cognitiva. Já no que diz respeito aos Direitos de Aprendizagem se constitui por eixos norteadores pelo coletivo e individual que expressam responder as necessidades de referências nacionais, integrando a efetivação da realização da cidadania e direitos/deveres.

No que tange a observação, esta se constitui como um dos meios mais utilizados pelo os seres humanos para conhecer e compreende situações cotidianas e acadêmicas:

“É de máxima importância definir com exatidão a área de conhecimento humano [...] a que pertence o nosso tema e determinar os fundamentos teóricos que lhe servem de base [...] O conhecimento e aprofundamento desta, bem como a resolução de dúvidas que sobre a mesma eventualmente possa aparecer, obtém-se pelo estudo e consulta de livros, obras, etc”. (RUBIO, 1986, p.48-49).

Partindo deste pressuposto utilizamos como recurso metodológico também duas modalidades de observação, a assistemática e a documental, em a primeira que se constitui sem um planejamento estruturado e se consolida como uma observação ocasional seguido pela observação de documentos, neste sentido Rudio (1986) ressalta que “sob o ponto de vista da pesquisa, muito importante é o registro que se faz da observação”. Em consonância com este método de observação nos adequamos também à observação documental em que se busca fazer uma análise sobre o que de fato acontece na realidade que tais documentos estudados objetivam.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA – ESPECIAL NA PERSPECTIVA CONTEMPORÂNEA.

A escola sempre se pautou em uma ideia de formação e de atendimento criteriosa que separa os alunos por sexo, idade, níveis de desenvolvimento em busca da homogeneidade entre os grupos, nesse contexto de uniformização, alunos tachados como normais e com deficiência deveriam ser atendidas por sistemas educacionais diferenciados, tendo em vista suas especificidades.

No entanto uma nova proposta surgiu defendendo que os esses grupos deveriam fazer parte de um mesmo sistema, essa perspectiva ganha mais enfoque após os encontros de Jomtien, que ocorreu na Tailândia em 1999 e o de Salamanca, na Espanha, 1994.

Desde então nas últimas décadas estamos vivenciando uma grande ampliação no tangente a Educação Inclusiva, dessa forma a conscientização da efetiva diversidade no espaço escolar constitui-se como ponto chave para que a mesma, possa ser contemplada pelo sistema educacional vigente, nesse sentido uma nova perspectiva vem sendo elencada sobre essa modalidade educacional.

A preocupação agora é atender efetivamente os alunos com necessidades educacionais especiais, dentro dos princípios da educação inclusiva, considerando a convivência construtiva para todos. Nesse sentido o trabalho educacional deve estar, assim como, em qualquer outra situação de ensino aprendizagem, adequado para viabilizar um melhor desenvolvimento do educando.

Sendo assim vejamos alguns aspectos importantes para consolidar a educação inclusiva nessa nova perspectiva, em primeiro plano é necessário que haja uma adequação do ensino, tendo em vista o atendimento individualizado do educando, no que diz respeito aos objetivos da aula e a metodologia utilizada, no entanto esses dois elementos sofrem diretamente implicações da possibilidade de construção de um currículo que possa ser adaptado às necessidades dos educandos, assim como uma proposta de avaliação flexível e que possa promover sua permanência e desenvolvimento na escola.



Sendo estes direitos assegurados pela LDB (9.394/96) que diz:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

Outro aspecto imprescindível é a didática utilizada, pois se sabe que para atender a heterogeneidade existente em uma sala de aula é preciso também que haja metodologias diferenciadas.

No entanto quando se trata de educação inclusiva é necessário que os educadores possuam conhecimento necessário para atender as possíveis necessidades dos educandos, no entanto os alunos também devem receber atendimento nas salas de atendimento educacional especializado (AEE), na qual o educando será acompanhado professores especializados .

No entanto apesar de ser em espaços diferenciados e geralmente acontecer no horário oposto ao da sala regular, o acompanhamento pelo AEE não deve ser desvinculado do contexto da sala de aula a qual o aluno está inserido normalmente, além disso, esse fator contribui para eliminar uma prática docente regida por uma dimensão terapêutica.

O conceito de educação especial subsidiária surge como um aspecto diferente para a educação inclusiva, dirigida por autores da pedagogia da integração alemã, essa nova perspectiva sob a educação especial é baseada em quatro princípios fundamentais, comunalidade, necessidade, proximidade e adequação. O primeiro diz respeito a um ensino comum a todos os alunos, sejam eles com ou sem necessidades. O segundo princípio trata do acompanhamento efetivo aos alunos levando em consideração as necessidades que cada educando apresenta e objetivando uma educação apropriada a cada um.

O terceiro refere-se à descentralização do atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades de forma que tal acompanhamento possa ser viabilizado através da escola regular que o aluno frequenta ou da mais próxima de sua localidade, tendo em vista a superação da ideia de um local inflexível e inalterado para esse atendimento.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

“Hoje, com a concepção de uma escola descentralizadora da educação especial, busca-se estabelecer uma cultura de mobilidade, seja, em princípio à vida escolar da criança deve se dar da forma mais integrada possível no seu entorno social e geográfico. Todo o apoio pedagógico especializado deverá ocorrer na escola regular que o aluno frequentar. A descentralização da ajuda pedagógica especializada representa o princípio da proximidade, o que pressupõe o apoio pedagógico, e terapêutico, quando necessário, o mais próximo possível do espaço de vida (escola, comunidade, família e etc.) da criança”. (BEYER,2006, p.37)

O quarto princípio está relacionada a transformação da prática pedagógica especializada em algo vazio dentro do processo de educação inclusiva, mas sim poder adaptar e aplicar nas salas de aula o que são tidos como políticas públicas.

Dessa forma tais princípios fornecem um aporte para situações nas quais tanto os educadores especiais como os professores de salas regulares devem tomar como referência para atender a diversidade presente na sala de aula, como também fundamentar a sua prática numa perspectiva inclusiva.

Sendo assim o educador torna-se o elemento viabilizador de todas essas ações descritas acima, no entanto é preciso que o mesmo disponha de formação básica necessária para o atendimento aos alunos.

Os professores do ensino regular não se sentem bem preparados para lidar com as diferenças em sala de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados se diferenciam por cumprir apenas o atendimento e enxergarem nessa prática de fazê-los aos olhos de todos. É necessário refletirmos sobre a realidade do docente em sala de aula, para que possamos construir estratégias que possam fortalecer o profissional da educação, para ele se posicionara da forma mais adequada diante das transformações da contemporaneidade.

A FORMAÇÃO CONTINUADA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA - ESPECIAL

Por muito tempo a formação dos docentes, para a educação especial foi realizada a parti da formação do professor de uma forma geral.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Nesse período, apenas alguns se interessavam. A formação do professor acontece com uma ação pedagógica dinâmica, ou seja, uma junção de decisões que dependem do que ocasionam como saberes, sua forma de enxergar o mundo, seus conceitos, uma diversidade de características, a ação pedagógica presume a relação teoria e prática. Ouvir o professor e buscar entender suas concepções são elementos fundamentais para estruturar uma relação adequada entre o currículo e a ação pedagógica.

A formação básica do professor que está atualmente em escolas regulares admitindo os alunos em inclusão, na maioria das vezes não se preparou para isso. Ao abordar a temática inclusão, desencadeamos intenções que abrange a longa jornada, a qual propiciará aos professores o direito de edificar e ampliar suas habilidades enquanto sujeito e profissionais.

A inclusão provoca o direito do professor em receber apoio e oportunidades para o seu desenvolvimento profissional, e também o direito dos pais de esperar que seus filhos recebam a educação adequada.

O Educador tem grandes responsabilidades na escola, vale destacar que suas atitudes vão designar a qualidade da interação nas situações de ensino. É papel do professor também decidir quais as expectativas de aprendizado do aluno com deficiência (se de integração ou inclusão) assim ele também poderá intervir o modo como os demais alunos irão interagir com aquele colega. Além da prática da educação inclusiva, faz-se necessário uma reestruturação, no que diz respeito ao papel do docente em sua prática em sala de aula.

Vale ressaltar que existe um intervalo da teoria á pratica, que precisa ser entendido para que a formação observe as exigências do cotidiano escolar. A formação do profissional no espaço educacional deve reconhecer e contemplar as mudanças que o deixam inseguro.

Em uma escola inclusiva o repertório de cada professor é considerado um recurso rico para a troca de experiências com o intuito de aperfeiçoar a prática docente e de todos os envolvidos. De acordo com Mantoan, 2006:

“[...] todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar. Dessa forma, seu conhecimento deve ultrapassar a aceitação de que a classe comum é, para os alunos com necessidades educacionais especiais, um mero espaço de socialização”. (p.60)



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A formação do professor deve apresentar como um de seus pilares o pressuposto de que a escola é um espaço no quais todos têm capacidade de aprender. A proposta de uma escola inclusiva tende a promover um sistema unificado de ensino que atenda à diversidade do alunado.

A constituição de ambientes para a formação continuada do professor no seu cotidiano escolar, por meio do diálogo, debates e dos conhecimentos subtendidos que os atores internos e externos desenvolvem no espaço da escola e fora dela pode ser uma possibilidade, para a reorganização do projeto político-pedagógico da escola e da educação, da construção de uma escola aberta para todos. Mantoan (2009) ressalta que “a formação continuada desses profissionais é antes de tudo uma autoformação, pois acontece no interior das escolas e a partir do que eles estão buscando para aprimorar suas práticas”. (p.92)

A resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2007), define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular, formação direcionada a diversidade e que completem conhecimento para as necessidades especiais.

Para Carvalho:

“A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando observam as seguintes providencias: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes”. (CARVALHO, 1999, p.52).

Em 2003, o MEC implementou o Programa Educação Inclusiva, com o intuito de apoiar a transformação dos sistemas educacionais inclusivos, construindo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para garantir o direito de todos à escolarização, a oportunidade de ter um atendimento especializado e a garantia à acessibilidade. Observamos assim que a questão problemática, não é o portador de necessidades especiais, mas a escola por não ter preparação desde o início para recebê-los.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Na perspectiva da inclusão, a escola não é só para acolher positivamente a diversidade ou compartilhar o espaço de aprendizagem, mas principalmente saber lidar com essa diversidade. Sobre esse aspecto Oliveira (2009) articula que “em virtude da diversidade dos alunos incluindo aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, os educadores são chamados a rever suas práticas educativas para ensinar um coletivo de sujeitos cujas características se apresentam mais heterogêneas que antes”.

Não se pode considera que somente o professor está despreparado, muitas escolas necessitam urgentemente rever suas concepções filosóficas, procedimentos de ensino e organização com a participação de todos.

O processo de formação do professor é um direito e deve se estruturar a fim de possibilitar o desenvolvimento pessoal e profissional. São importantes as aquisições continuadas de saberes, que possam favorecer e suprir as necessidades válidas impostas pela realização no processo educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sistemas escolares estão montados a partir de uma visão que faz um recorte da realidade, na qual, permitem dividir alunos em normais e diferentes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças, o espaço escolar não consegue romper com o antigo modelo, que retira a implantação da reviravolta que ocorre com a inclusão. Se desejarmos que a escola seja inclusiva, é importante que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania em comum, que seja livre e valorize as diferenças.

Nesse sentido é imprescindível que os educadores estejam suficientemente preparados para atuar a frente das diversas situações que um processo de ensino aprendizagem efetivamente inclusivo requer, possibilitando ao educando o desenvolvimento da autonomia e a construção do conhecimento de forma significativa dentro de suas potencialidades de forma gradativa.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYER, Hugo Otto. *Inclusão e Avaliação na Escola de alunos com necessidades educacionais especiais*.ed.2.Porto Alegre: Ed.mediação,2006.

BRASIL.MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL** – BRASÍLIA: MEC, 2010.

BRASIL, Secretária de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília:MEC/SEF, 1997, (Volume 1).

CARVALHO, Rosita Elder. *O Direito de Ter Direito*. In: Salto para o futuro. Educação Especial: Tendências atuais/ Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEEP, 1999.

GALLIANO, A. Guilherme. *O método científico: Teoria e prática*. São Paulo: Editora Harper & Row Brasil Ltda.

GOMES, Marineide de Oliveira. *Formação de professores na educação infantil*. Coleção docência em formação. Série educação infantil. São Paulo: Cortez, 2009.

LUCK, Heloísa. *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. Série cadernos de gestão.Ed.8.Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

_____. *Igualdade e diferenças na escola: Como andar no fio da navalha*. In: M.T.E MANTOAN; R.G. PIETRO (orgs) *Inclusão escolar: portos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.

RUDIO, Franz Victor. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. Petrópolis: Vozes, 1986.

OLIVEIRA, Luzia de Fatima Medeiros de. *Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio tecedor*. Porto Alegre: mediação, 2009.152p.